



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 01/11/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de vídeo

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Bom dia a todos.

Estão presentes os Vereadores Arselino Tatto e Rubinho Nunes.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 54ª audiência pública do ano de 2023.

Informo que esta está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela Rede Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde do dia 24 de outubro no *Diário Oficial da Cidade*; no dia 26, no jornal *O Estado de S. Paulo*; dia 27, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas através do *hotsite*: [www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audiencias-publicas](http://www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audiencias-publicas).

As inscrições para o pronunciamento remoto foram, previamente, abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicavirtual) e também podem ser feitas neste momento junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marco Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento (não está presente); Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras (não está presente), representado por Antonio Mateus Buzunas e Rafael Murolo; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (não está presente); Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral (não está presente); os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos a pauta da 7ª audiência pública do PL 586/2023, do Executivo. Dispõe sobre a revisão parcial da Lei 16.402, de 22 de março de 2016, visando a compatibilização de seu texto original com a superveniência de alterações decorrentes da promulgação da Lei 17.975, de 08 de julho de 2023, revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão do seu Artigo 126 e dá outras providências.

Ressalto e reitero que as inscrições podem ser feitas, neste momento, junto a Secretaria a nossa esquerda.

Registro a presença da Pollyanna Sjobon Veras, SMUL. Agradeço pela presença. Peço desculpas pela pronúncia do sobrenome se não o fiz adequadamente.

A assessoria me informou que o Sr. José Armênio encaminhou um vídeo com a apresentação dele, haja vista a incompatibilidade de agenda. De toda forma, o Armênio tem sido muito presente, a quem agradeço e peço à Secretaria que apresente o vídeo, bem como agradeço pela sensibilidade de se fazer presente pela mídia, para que as pessoas tenham acesso à informação.

- Apresentação de vídeo.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Secretário Armênio. Encerro, neste momento, as inscrições e passamos aos inscritos – primeiramente, aos inscritos virtuais. Sra. Luzineide Brandão Ramos, do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo? (Pausa) Está ausente. Sr. João Carlos Maradei Júnior, advogado? (Pausa) Está ausente. Sra. Paula Nogueira, da AMJS? (Pausa) Está ausente. Sr. João Afif Acras, advogado?

**O SR. JOÃO AFIF MACHADO ACRAS** – Estou presente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sr. João Afif, o senhor tem a palavra pelo prazo de três minutos. Obrigado pela presença e pela inscrição.

**O SR. JOÃO AFIF MACHADO ACRAS** – Imagine. Obrigado, Presidente. Obrigado a todos os que estão no auditório. Parabenizo a presença da SMUL, através da Pollyanna, que é uma das técnicas mais competentes da SMUL, uma pesquisadora muito empenhada no desenvolvimento urbano e que nós conhecemos, é uma pessoa muito legal e muito bacana. A Rosalia, que também está no auditório, é uma pessoa fantástica. É sempre muito bom nós destacarmos que são pessoas que estão participando desde o início, depois há uma cultura no país de que as pessoas só participam quando a coisa aperta, só no final, então, é legal quando vemos que as pessoas estão participando desde o início e contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

Na verdade, trago algumas questões de periferia porque acho que falamos muito do centro expandido da cidade, das áreas mais nobres, eixos e das áreas bem conhecidas, mas temos problemas muito importantes nas periferias. Um deles é uma questão, dentre as minhas falas nas próximas audiências, de usos diferentes de habitação em zonas de ZEIS, principalmente, dentro de comunidades, etc.

Quando esse lotes ultrapassam os mil metros quadrados, precisamos de a cota de solidariedade indicando a habitação nesses locais, entretanto, alguns usos tem algumas diferenças, são usos institucionais, serviços de educação e são questões que fogem da atividade fim, por exemplo, escolas, escolinhas de futebol, áreas de saúde e isso é uma questão que precisamos ter um dispositivo porque muitas vezes essas áreas ultrapassam facilmente os mil metros quadrados para poder trazer um desenvolvimento social, um desenvolvimento para essas comunidades.

Também trazendo uma questão que o Armênio falou, que é muito importante, é a descentralização dos pequenos centros desenvolvidos na cidade, é importante destacarmos as Zonas de Corredores em diversos bairros da cidade, porque não podemos pensar em pequenas áreas de centralidade apenas nas periferias. Temos de lembrar que temos zonas fantasmas na cidade de São Paulo, como o eixo do corredor que vai até aproximadamente o *shopping* Morumbi até Diadema, nós temos uma área de corredor, por exemplo, naquela região que está abandonada porque as associações de bairro não querem que seja feito nada nessas Zonas de Corredor. E não estamos falando de verticalização, estamos falando de usos que trazem empregos, a utilização desses lugares, o fluxo de pessoas é conhecido pela área de segurança pública e isso melhora a segurança desses locais. Então, nós temos muitas zonas em São Paulo que são zonas fantasmas por causa desses problemas de usos nas Zonas de Corredor.

Então, seria interessante nós revermos as possibilidades de uso nas Zonas de Corredor, incluindo novos usos que sejam compatíveis com as vizinhanças residenciais. Isso é muito possível, as pessoas que trabalham nessa área, como eu trabalho nessa área, nós conhecemos diversos usos que existem e estão operando hoje em dia nessas regiões e eles não

tem nenhum tipo de influência negativa. Essa questão de rever os usos é muito importante. Eu vou protocolar na Comissão uma proposta relacionada a isso que já formulei, mas de certa forma, Presidente, é isso.

Essa é a minha contribuição hoje e acho bacana vermos quem está participando desde o início porque encher auditório depois é muito fácil, mas trazer a discussão, a contribuição, com propostas, emendas e artigos que realmente podem mudar a legislação de São Paulo é mais complicado. Então, é bem interessante conseguirmos contribuir de uma forma técnica.

Obrigado, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. João Afif, quero aproveitar para registrar a presença do Vereador Fabio Riva, pelo sistema virtual; Vereador Rodrigo Goulart, aqui ao lado; Vereador Sansão Pereira, que se ausentou momentaneamente. Também registro a presença do Sr. Claudio Prado, ex-Vereador e membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, obrigado pela presença; Sr. Antonio Mateus Buzunas e Rafael Pollastrini Murolo, da Secretaria Municipal de Subprefeituras, muito obrigado pela presença, eles estão pelo sistema virtual.

Passemos agora aos inscritos virtuais, começando pela Sra. Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

Tem a palavra. Obrigado.

**A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Bom dia a todos. Bom dia, Rubinho; bom dia, Rodrigo. Eu gostaria de, novamente, trazer a nossa proposta, que é de exclusão, como ZEU, da Quadra 32 do Setor 38, mais o Lote 0081 da Quadra 31 do Setor 38. Essa área contém vila, ruas estreitas, declividade e é estritamente residencial. Ela também tem um córrego que passa por ela, tem nascente. E, agora, até na minha casa apareceu nascente também, assim como na casa da vizinha, de tanto que mexeram no entorno. Enfim, é isso.

Ontem o Vereador Rodrigo Goulart pediu que eu protocolasse uma petição sobre o pedido que eu fiz em Siurb. No requerimento protocolado dia 30 aqui na Comissão já tem tudo,

tem o número do processo. Então, acho que seria redundante protocolar novamente.

Hoje, para proteção das vilas, eu trago uma proposta. Eu percebi que algumas vilas não estão sinalizadas no GeoSampa, e o GeoSampa, salvo erro meu, é uma plataforma de consulta para licenciamento também. Então, acho que essas vilas deveriam estar todas sinalizadas. Enquanto Deuso não providencia o rol de todas as vilas existentes em São Paulo, eu acho que elas ficam desprotegidas por conta do direito de protocolo. Então, a minha proposta é um marco temporal para as vilas. Aquelas vilas que já existem de fato antes do protocolo das construtoras, elas devem ser protegidas. E eu proponho, como contribuição, que haja um artigo nesse sentido no projeto de lei. Depois eu farei isso por escrito e protocolarei. Algum problema, Rubinho? Tem alguma interpretação que não case com isso? (Pausa) Então, por hoje é isso.

No primeiro dia em que eu me manifestei, eu falei que eu tinha uma musiquinha e que eu iria cantar quando houvesse mais público. Mas, desculpa, gente, tem vindo cada vez menos, então eu não posso cantar depois para uma pessoa só, eu vou cantar hoje. Peço licença para vocês que não estão acostumados, porque o pessoal das associações de bairro está acostumado com esse meu estilo, eu trago presente, canto musiquinha.

Vamos lá. É uma paródia da música do Gabriel O Pensador. É mais ou menos assim: “No mapa do faz-de-conta, onde tudo vira ZEU, sumiram com minha vila, foi o gato que comeu? Sumiram com meu riacho, cabeceira de drenagem, sumiram ruas estreitas, quem é que leva vantagem? Eu juro que tinha, sim, no papel, quadra fiscal, a cabeceira do Juru, e era tudo bem legal. Mas, aí, mudaram tudo, esqueceram a drenagem, e a gente espera ano repararem a sacanagem. Ficou tudo demarcado, pintado de uma cor só, cor de ZEU, concreto puro, verticaliza sem dó. E agora, vereança? O que é que vocês vão fazer? Põem um bode na sala e esperam as vilas esmorecer? Vila, eu moro em vila. Vila, eu moro em vila”.

Era isso, gente. (Palmas)

**O SR. RODRIGO GOULART** – Só esqueceu de falar do Nabil, não é, Rosalia? Depois a senhora identifica para mim o nome da vila. É na Rua André Gouveia, é isso?

**A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Na Travessa Padre

Mariano de La Mata. Mas tem outra vila que sumiu do mapa. Essa, eu tenho o antes e o depois, antes e depois que o gato comeu. Essa é na Rua do Paraíso. Não é só o Nabil, não, né. A gente tem o Doria no zoneamento também, em 2016, que pintou tudo de ZEU.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Não. ZEU foi em 2014, no PDE.

**A SRA.ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Não. Foi em 2016.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Em 2016 o Doria era candidato ainda.

**A SRA.ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Não. Em 2016 ele já era prefeito.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Não, não, não. O prefeito era o Sr. Fernando Haddad, atual Ministro da Fazenda.

**A SRA.ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Que seja.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Não estou defendendo ninguém, mas vamos dar nome a que realmente merece.

**A SRA.ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Bom, vamos defender as vilas.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Eu não sei se a senhora interpretou mal o Plano Diretor Estratégico, revisado agora em 2023...

**A SRA.ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Eu sei. Só que precisa melhorar, porque se não entrega...

**O SR. RODRIGO GOULART** – Não é melhorar. Nós vamos fazer agora, no Zoneamento, tá bom. Fique tranquila.

**A SRA.ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Tá bom. Obrigada. Eu só preciso identificar a vila da senhora aqui, que eu não identifiquei ainda.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Rosalia.

Sr. Sebastião Izordino Figueiredo, morador da Rua Cabedelo, Vila Inah, Butantã.

**O SR. SEBASTIÃO IZORDINO FIGUEIREDO** – Bom dia, senhores, Sr. Presidente, Sr. Relator e todos os presentes.

Eu não sou muito habituado a falar em público. Desculpem-me. Não sou político. A minha formação é Direito Notarial e Registral Imobiliário.

Mas, enfim, eu sou morador da Rua Cabedelo. Ela é paralela à Avenida Jorge João Saad. E lá a quadra que faz fundos com a Avenida Jorge João Saad, que fica em torno de 150 a 300 metros da estação São Paulo/Morumbi, lá é estritamente residencial. Você não pode nem abrir um consultório lá. Quer dizer, a função social da propriedade, que é um preceito constitucional, fica prejudicada.

Então, eu solicito aos Srs. Vereadores que revejam essa situação e torne lá, pelo menos, uma área mista e não estritamente residencial, porque, a meu ver, não tem sentido ser estritamente residencial se a quadra, a parte do outro lado da Avenida Jorge João Saad já é comercial, já podem ser erguidos edifícios de 20, 30 andares, não sei. E do outro lado, que é o lado direito de quem da estação São Paulo/Morumbi segue em direção ao estádio do Morumbi, é residencial, estritamente residencial. Então, eu não vejo sentido.

Solicito aos Srs. Vereadores para que revejam com carinho essa situação para transformarmos aquela área em zona para se poder erigir edifícios lá, porque eu acho que vai valer muito a pena. Como o cidadão anterior falou aqui, vai gerar emprego, vai gerar melhorias. Eu acho que só traz benefícios.

É isso. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado pela contribuição, Sr. Sebastião. Eu vi que o Relator já tomou nota da demanda apresentada pelo senhor, e será analisada.

Pergunto à Assessoria se há mais inscritos. (Pausa)

Antes de encerrar, eu queria aproveitar a fala do Vereador Goulart e fazer uma pequena ponderação, novamente, muito pessoal. Particularmente eu acho que todos os políticos estão aqui para serem cobrados, criticados, até mesmo vaiados. Eu mesmo já passei muito tempo do outro lado e fiz a minha militância através do ativismo judicial e da cobrança. E quando estou deste lado, eu estou aqui para isso. Portanto, eu recebo muito bem as críticas e dificilmente qualquer pessoa verá um desequilíbrio da minha parte.



Porém, eu gostaria de ponderar um fato ocorrido na semana passada, na audiência realizada na região da Lapa, e particularmente eu fiquei bastante triste, não pelas críticas, porque acho super válidas, mas pelo destemperado e pela forma animalésca como tudo foi conduzido.

Eu acho que todos concordam e discordam em diversos pontos. Se eu pegar, por exemplo, o meu chefe de gabinete, o Paulo, e for sentar com ele para tratar de Zoneamento, vamos achar algum ponto de discordância, assim como eu e o Vereador Goulart temos também. Só que eu vejo alguns desvios de interpretação sobre o próprio texto, onde as pessoas estão demandando algumas questões e nos atacam enquanto nós estamos atendendo às demandas trazidas pelas próprias pessoas. Isso, para mim, é um tanto quanto estranho. Eu vou tomar, por exemplo, o que a Sra. Rosalia disse, vou deixar bastante claro a questão das vilas. Durante a fala da senhora, inclusive, eu cutuquei o Vereador Goulart e falei: “a demanda dela é interessante, precisamos analisar”. Era o que eu estava comentando.

Durante as audiências públicas eu costumo ficar no celular, porque meu papel é presidir a audiência pública. Enquanto Presidente, eu tenho que me comunicar com a assessoria que está lá, com a minha Assessoria, com o relator, com os demais Vereadores, tomar nota do que está acontecendo e ficar atento para que as pessoas possam se comunicar. Além, é claro, de ficar ouvindo todo mundo que está falando comigo.

Então, é natural que haja uma interação tanto quanto dinâmica, só que o que temos na cidade hoje, a senhora, por exemplo relatou que tem uma nascente que emergiu na casa da senhora recentemente, justamente fruto dos sucessivos planos diretores e leis de zoneamento que foram feitos e que tornaram a cidade o que é hoje. Se nós temos hoje um caos de trânsito, um avanço excessivo de empreendimentos em determinadas áreas, onde não deveria haver no conceito de diversas pessoas e outras dizem que deveria. Ou, então, em determinados pontos algumas atrocidades no aspecto urbanístico, é justamente por conta de leis que foram autorizativas e permissivas quanto a essas construções.

Como o Vereador Goulart tentou esclarecer, o Plano Diretor que foi muito criticado por associações, por grupos de bairro, buscou justamente preservar essas vilas, buscou

justamente preservar esse patrimônio histórico. E de alguma maneira a tranquilidade dessas pessoas, permitindo por outro lado, que em outros centros haja o crescimento. Não podemos, por exemplo, pegar uma Zona Residencial e transformar em ZEU, não há essa possibilidade na revisão do zoneamento. Só que vem essa crítica de maneira sucessiva, como se a gente estivesse atuando para destruir todo o patrimônio de São Paulo.

E é justamente o oposto que tem sido feito pelo Vereador Goulart, nas reuniões que temos feito. Eu, particularmente, sou uma pessoa que defendo a expansão, defendo o adensamento publicamente, acho importante. Só que isso não quer dizer que eu vou transformar a cidade toda, toda a área de São Paulo num arranha-céu de 200 andares. Eu até gostaria que tivesse algum em São Paulo, particularmente, mas não a cidade toda. Acho que tem de ter área e zona para isso.

Então, gostaria de fazer essa ponderação, porque até acho divertido, vi um vídeo, por exemplo, que circulou na rede por esses dias, da última audiência. E é bastante interessante, porque eu busco sempre responder, replicar, e costumo me atentar a todos os comentários e acabo até conhecendo as pessoas que participam. Só que às vezes seria um pouco conveniente analisar especialmente do político e não das pessoas, de onde vem a crítica e qual a motivação, porque é muito fácil para qualquer outro Colega da Câmara, e eu respeito essa posição também, de vir aqui e dizer, olha, isso aqui está acontecendo isso, isso e isso. Aí tem aquelas palavras interessantes, gentrificação e, enfim. Só que qual é a motivação daquilo, e será que efetivamente está acontecendo, as pessoas às vezes pedem o artigo, mas qual o artigo que dispõe.

Eu vejo muitos movimentos de moradia falando sobre Habitações de Interesse Social, o Plano Diretor expandiu significativamente a Habitação de Interesse Social. Divulgaram que o Vereador Goulart recebeu doação de empreiteira, que atua para o mercado. Ninguém, na história de São Paulo, fez um Plano tão voltado para a Habitação de Interesse Social quanto o Vereador Rodrigo Goulart, é algo inédito. Só que isso não foi apontado, porque naturalmente o Vereador Goulart não está no partido adequado para que tenha essa menção na imprensa. E nem espero que isso aconteça comigo, porque ideologicamente seria oposto a alguém falar para

mim.

Mas acho que valeria à pena esse tipo de ponderação. E volto a dizer, eu tenho ficado muito satisfeito com as audiências públicas na Câmara, concordo com a senhora. Às vezes há uma baixa, a adesão, são poucas pessoas. Só que às vezes eu prefiro qualidade do que quantidade. Eu posso ter 200 pessoas berrando e plantando bananeira e falando um monte de coisa, criticando, ah, o processo, as audiências públicas, poxa, já ganhamos na Justiça, está tudo certo. Ou eu posso ter 10 pessoas contribuindo, hoje, tivemos dois inscritos presenciais, o Sr. Sebastião e a Sra. Rosalia, e um inscrito por sistema virtual. Os três trouxeram contribuições importantíssimas para o zoneamento.

É isso que eu espero das audiências públicas, contribuições, onde, na minha rua, no meu bairro, está acontecendo esse problema. Na minha rua tem de mudar o zoneamento por isso. Teve um rapaz que chegou e falou, a rua inteira é ZM, o meu é ZER, está errado. Temos de parar e olhar exatamente para esses problemas. E é isso que buscamos com essas audiências, entender onde está o problema, porque a cidade é muito grande. E sinceramente, não tem como sabermos se ninguém vier até aqui falar.

Acho que era isso. Alguma ponderação, Goulart? Tem a palavra.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Presidente, só para corroborar, e cumprimentar pela fala muito bem-vinda neste momento em que já tivemos algumas audiências regionais: Perus, Lapa e Sapopemba ontem. Recebemos das mais diversas contribuições na Lapa, da forma como o senhor acabou de se referir; em Perus, nós vimos a preocupação da população com a geração de emprego e renda naquela região, que é distante e quem mora lá, muitas vezes, demora duas horas para chegar ao trabalho no Centro Expandido, mais duas horas para voltar; então, todos lá estão preocupados. Às vezes, a pessoa até aceita uma moradia que não é tão digna para morar um pouco mais próximo do seu trabalho. E ontem, em Sapopemba, tivemos muitas pautas ligadas à moradia.

São necessidades muito distintas para cada uma das regiões da cidade. E, como foi dito, este Plano Diretor deu realmente a possibilidade de termos mais moradias na cidade, a

criação de mais habitações de interesse social; e ainda não deixamos de lado a preservação da cidade. Não é só o desenvolvimento através de construções, mas também através da preservação histórica, cultural, paisagística.

Em referência à área de influência dos eixos de transformação urbana, os famosos eixos criados no Plano Diretor de 2014, como Relator, eu já disse em audiências públicas que concordo em muitas das vezes; porém, estão apontando o dedo também para quem não fez, alguém está tentando fazer algum tipo de controle desses eixos. Inclusive, já havia a possibilidade de controle desses eixos desde 2014, mas isso não foi feito nesses nove anos. Nós vimos o que hoje a cidade é: o retrato desses nove anos.

E o que nós ainda colocamos como controle? Que as Zonas de Interesse Social não poderão sofrer alteração pelas áreas de influência de eixo: as ZPRs, que são as Zonas Predominantemente Residenciais; as ZCor, que são as Zonas Corredores; além das vilas também.

A Sra. Rosalia questionou sobre as vilas que não estão no GeoSampa. Mas hoje só constam no GeoSampa as vilas que foram reconhecidas pelo Município. E nós deixamos muito claro na discussão do Plano Diretor que nós reconheceremos ainda mais vilas para deixá-las mais claras nessa exclusão das áreas de influência de eixo.

Talvez, essa esteja sendo a dificuldade. Então, além das ZERs e as demais zonas da cidade cujas exclusões das áreas de influência de eixo já estão garantidas, nós incluímos mais e iremos ainda incluir a questão das vilas. E toda possibilidade de expansão dos eixos deverá atender a critérios, parâmetros, que estabelecemos durante a discussão dessa revisão do Plano Diretor, como: as características de uso e ocupação do local; as áreas de interesse histórico, cultural ou ambiental e de paisagem urbana; além das características do viário e do relevo.

Portanto, fizemos a revisão do Plano Diretor com muita responsabilidade. Se não fosse dessa forma, não teria sido aprovado por 42 Vereadores, dos 55, e sancionado pelo Executivo. E, com certeza, essa é a missão que temos agora, não só este relator, mas o

Presidente, todos os demais membros desta Comissão.

Em seguida, será levado ao plenário da Câmara para que possamos aprimorar essa revisão. O Executivo enviou e nós faremos o reconhecimento das vilas, essas regiões que não terão a expansão da área de influência de eixo e também as suas exclusões, onde deverão ser feitas, em cima de todos esses parâmetros que já estão identificados no Plano Diretor.

Por isso, é muito triste, para nós, ouvir algumas críticas de interpretação do Plano Diretor. É isso, Sr. Presidente. Só para reforçar o que V.Exa. havia dito. Nós estamos muito animados para fazer o melhor trabalho, apesar dessas críticas indevidas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, nobre Vereador Rodrigo Goulart. Não havendo mais inscritos e nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados os trabalhos desta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

---